

COMITESINOS

1.^a Reunião Extraordinária/07

01 de Março de 2007

Local: Sala de Seminários II – Biblioteca/UNISINOS – São Leopoldo/RS

Horário: 14h – 16h30min

Pontos de Pauta:

Discussão e encaminhamento de propostas sobre o Projeto de Lei 047/07 que trata da reforma administrativa do Estado do Rio Grande do Sul

Entidades Presentes

Grupos e Categorias presentes: Grupo I – Usuários da Água – Abastecimento: SEMAE, CORSAN CORSAN; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: CORSAN, PM de Santo Antônio da Patrulha e PM de São Leopoldo; Drenagem Urbana: ausente; Produção Rural: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Novo Hamburgo, Sapucaia e São Leopoldo e de Três Coroas; Indústria: AIC SUL, ACI Sapucaia do Sul, CIC'S de Portão e SINPASUL; Geração de Energia: ausente; Lazer e Turismo: Fundação Zoobotânica – Parque Zôo e Instituto Martin Pescador; Mineração: Associação dos Extratores Minerais. Com. e Garim. Dos Vales dos Sinos e Paranhana; Grupo II – Representantes da População – Legislativos Municipais: CM de São Leopoldo e CM de Santo Antônio da Patrulha; Associações Comunitárias: AC do Rio dos Sinos e União dos Escoteiros do RS; Clubes de Serviço: Lions Sapucaia do Sul Figueira e Lions São Leopoldo Imigrantes; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: UNISINOS e EMATER; ONG's Ambientais: Núcleo Sócio-Ambiental Araçá-Piranga, UPAN, CEA; Associações Profissionais: AEAVS e ABES; III Grupo: Representação do Governo do Estado: Secretaria da Agricultura/IRGA; Órgãos do Sistema: Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São Leopoldo; Integrantes da CPA: METROPLAN; Demais Convidados: Movimento Viva São Leopoldo, PM Estância Velha, Grupo Editorial Sinos, PM São Leopoldo, EMATER, SINPASUL.

001

ATA Nº 01/07- Reunião EXTRAORDINÁRIA

002

003 No 1º. dia do mês de março do ano 2007, o plenário do COMITESINOS reuniu-se às
004 14horas, na Sala de Seminários II – Biblioteca da UNISINOS – São Leopoldo/RS, para a
005 realização da primeira reunião extraordinária, no ano de 2007. Ao abrir oficialmente os
006 trabalhos o Presidente Pe. Aloysio Bohnen dá as boas vindas aos participantes, e justifica a
007 realização da reunião extraordinária, diante da proposta de reforma administrativa do
008 Estado apresentada no PL 047. Destaca os aspectos particulares das alterações sugeridas
009 quanto à coordenação política do Sistema de Recursos Hídricos, repassada da SEMA para a
010 Secretaria Extraordinária da Irrigação. O Presidente lamenta a desatenção em não envolver
011 os comitês de bacia quando da formulação da proposta pelo Governo. Anuncia a
012 participação do Dep. Estadual Ronaldo Zülke na reunião em curso, a partir das 15hs,
013 oportunidade criada para que a plenária acompanhe o desenrolar das discussões sobre o
014 Projeto de Lei no âmbito da Assembléia Legislativa. Solicita à Secretária Executiva que
015 coordene os trabalhos, relatando a seqüência de fatos que motivaram a realização da
016 reunião em andamento, em caráter extraordinário. Viviane menciona a relativa tranqüilidade
017 com que ultrapassamos o período de verão, sem a recorrência de estiagem e longe dos
018 conflitos entre os usuários das águas. A calma, no entanto, apenas precede um período de
019 grande turbulência, quando todos somos pegos de surpresa pela possibilidade de termos o
020 comando da gestão das águas exercido por representação setorial. Viviane esclarece que
021 não há, especialmente por parte do COMITESINOS – entidades membro –, qualquer
022 contrariedade em relação ao direito de acesso à água pelo setor agrícola, em particular, os
023 irrigantes. Muito pelo contrário, o COMITESINOS demonstrou, na prática, toda a
024 importância que a atividade produtiva ligada à irrigação tem para o desenvolvimento social
025 e econômico de bacia, intermediando acordos bem sucedidos entre tal setor e o
026 abastecimento público, no auge da crise de escassez de água provocada pela estiagem. Além
027 disto, puxou para si, ao deliberar favoravelmente ao Plano do Uso Racional da Água na

028 *Lavoura do Arroz, a responsabilidade de contribuir com as iniciativas necessárias à*
029 *execução do Plano, naquilo que lhe compete (apoio político e institucional). A questão que*
030 *está sendo questionada e refutada pela diretoria do comitê é o caráter privilegiado a ser*
031 *dado a um setor usuário das águas, em detrimento dos demais usos. A Secretária Executiva*
032 *faz referência ao documento que foi entregue aos participantes da reunião, que visa*
033 *esclarecer as questões relevantes e desconsideradas por quem elaborou a proposta da*
034 *reforma administrativa, em especial a da não consulta aos comitês de bacia – partes*
035 *integrantes do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, organismos oficiais com atribuições*
036 *legais na administração de um bem público (a água). Destaca o número de instituições e*
037 *entidades que vêm contribuindo com o desenvolvimento do processo de gerenciamento no*
038 *âmbito da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, assumindo os custos financeiros decorrentes*
039 *das horas dedicados aos trabalhos em andamento. Frisou, ainda, que é oportuno*
040 *conhecermos os investimentos feitos pelas diferentes entidades, estimados em cerca de R\$*
041 *5.000,00, apenas para a realização de uma única reunião da plenária (horas técnicas dos*
042 *participantes, deslocamentos, infra-estrutura). Há uma contribuição significativa dada pela*
043 *sociedade da bacia ao longo do tempo que não está sendo considerada. Ao abrir a pauta*
044 *para as considerações dos representantes das entidades membro, Viviane destaca a*
045 *importância da plenária deliberar sobre os procedimentos a serem tomados oficialmente pelo*
046 *colegiado em relação ao PL 047. Leonardo Bastos, representante do Lions Sapucaia do Sul*
047 *Figueira, Categoria Associações Comunitárias, aponta que o PL já vem configurado com*
048 *deslizes e que cabe ao comitê buscar os ajustes necessários. Lembra do evento da*
049 *mortandade de peixes provocado, conforme anunciado, pela UTRESA, onde houve apenas*
050 *um pedido de desculpas. Até o momento não tivemos os resultados das análises. Não*
051 *podemos deixar que essas situações se resolvam apenas no cenário político, o judiciário deve*
052 *ser igualmente acionado. Embora reconheça a importância do papel da Assembléia*
053 *Legislativa, considera fundamental o envolvimento do Ministério Público. O Sr. Luis*
054 *Fernando Franco, representante do SINPASUL, Categoria Indústria, aponta que, se as*
055 *alterações praticadas nas competências da SEMA foram problemas de digitação, conforme*
056 *tem sido anunciado por representantes do Governo, a medida correta é a de o próprio*
057 *Governo corrigir os equívocos. Maria Luca Coelho e Silva, representante da ABES/RS,*
058 *Categoria Associações Profissionais, informa que a ABES produziu manifesto contendo a*
059 *preocupação sobre a não menção do Sistema nas atribuições da SEMA. Reconhecem que a*
060 *forma de governar é da competência da governadora, o que não dispensa a definição*
061 *adequada das atribuições legais das diferentes secretarias. Leonardo considera que o PL*
062 *define a transferência das estruturas da SEMA para a Secretaria de Irrigação, e que os Pró*
063 *(Pró-Uruguaí, Pró-Guaíba, e outros), iniciativa que visa, a seu juízo, subordinar os demais*
064 *usos das águas a um único uso preponderante, dando prioridade ao agronegócio, o que seria*
065 *um grande erro. Josélia Fraga, representante da PM de Santo Antônio da Patrulha,*
066 *Categoria Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos, informa que o CONDIMA da FAMURS*
067 *está se posicionando pela manutenção do Sistema Estadual de Recursos Hídricos na SEMA,*
068 *e manifestará esta posição oficialmente à Governadora. O Vereador Daniel Daudt,*
069 *representante da CM de São Leopoldo, Categoria Legislativos Municipais e Estaduais,*
070 *registra que esteve com o Chefe da Casa Civil Dep. Luis Fernando Zacchia tratando sobre*
071 *esse assunto e que a informação obtida foi a de desconhecimento sobre a mensagem da*
072 *Governadora à Assembléia Legislativa alterando as atribuições da SEMA. Também,*
073 *mencionou o não recebimento de manifestações contrárias ao PL, nem dos comitês nem da*
074 *Secretária Vera Callegaro. O Presidente do COMITESINOS reconhece certo descompasso na*
075 *esfera do Governo além de surpreso pelo desconhecimento da própria Secretária do Meio*
076 *Ambiente, sobre a transferência de atribuições da secretaria da qual ela é a própria titular.*
077 *Maria Lúcia destaca que não há clareza sobre as atribuições da SEMA e da Secretaria*

078 Extraordinária de Irrigação, mas para a ABES é imprescindível que o SRH não fique
079 atrelado a qualquer secretaria setorial. O PM de São Leopoldo Ary Vanazzi lamenta o tempo
080 que é depositado na discussão sobre o PL, embora necessário porque enxerga retrocesso na
081 política estadual de recursos hídricos. Observa que estamos há mais de dois meses buscando
082 corrigir equívocos conceituais e legais, como o da divisão da bacia por trechos proposto pela
083 SEMA, para a implementação das ações resultantes da Força Tarefa.. E essas iniciativas têm
084 nos pego de surpresa, não há diálogo com a sociedade que está envolvida, comprometida
085 com os processos. Se observarmos o conjunto de ações dos governos passados, é visível o
086 estabelecimento de continuidade nas políticas públicas, em particular a dos recursos
087 hídricos. O PL proposto joga todas as questões relacionadas às águas nos braços da
088 agricultura, condição que prejudica o estabelecimento da harmonia e equilíbrio entre todos
089 os usuários. Pe. Bohnen reafirma a posição de que não há qualquer situação contrária à
090 agricultura e, mais precisamente, à irrigação por parte do COMITESINOS, mas não é
091 possível submeter um comitê, formado por representações legítimas dos diversos setores, a
092 um único usuário, criando-se uma condição de preponderância setorial. O COMITESINOS
093 não dispõe de orçamento e depende das prioridades definidas pelo Estado em relação aos
094 investimentos. Neste sentido, todos os setores deverão ser considerados em pé de igualdade.
095 O Presidente considera um passo importante a criação do consórcio intermunicipal, um
096 organismo oficial capaz de captar recursos inclusive interacionais, para investimentos em
097 toda a bacia. Adolfo Klein, representante da AICSul, categoria Indústria, manifesta
098 constrangimento ao analisar o documento elaborado pelo Poder Executivo do Estado,
099 contendo erros de conteúdo e formato, demonstrando aparente desatenção com o povo do
100 Rio Grande. Observa que há indefinições ou paralelismo de atribuições entre secretarias,
101 além que problemas de ordem legal, como a coordenação do programa do Aquífero Guarany,
102 que é binacional, e envolve as relações diplomáticas entre diferentes países. Lembra que
103 estamos sentados desde 1988, data da criação do COMITESINOS, trabalhando para o
104 gerenciamento das águas da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, e sequer fomos
105 consultados sobre as alterações apresentadas no PL. Renato Pilger, representante da
106 COMUSA, Categoria Abastecimento Público, endossa as manifestações feitas, embora
107 observe que o problema maior é que estamos tratando de questões da alçada jurídica, sem
108 erros ou equívocos apresentados no PL, fruto de uma vontade política manifestada pelo
109 Executivo do Estado. Isso torna processo mais difícil de ser revertido. Se for um retrocesso
110 ou não, passa a ser secundário, pois fez parte do plano de governo. O Dep. Estadual
111 Ronaldo Zülke destaca que são visíveis os equívocos conceituais decorrentes da supressão de
112 atribuições da SEMA e dos erros de digitação no Projeto de Lei, e que existe a informação de
113 que a Governadora está preparando alterações para o PL. Recomenda que o
114 COMITESINOS busque contanto com o Governo para conhecer as alterações propostas.
115 Embora esta medida seja considerada adequada, não há garantias de sensibilizar a própria
116 Secretária Vera Callegaro e Governadora do Estado para os acertos necessários. A
117 alternativa existente é a da Assembléia Legislativa promover os ajustes necessários. Se os
118 equívocos foram por erros de digitação, será mais fácil. Como medida de segurança, o PT já
119 protocolou emendas, considerando que os prazos para propostas encerram no dia de hoje.
120 Adolfo Klein observou que não apenas o PL suplanta os comitês, mas as primeiras
121 iniciativas do Governo demonstram o não reconhecimento da lei gaúcha das águas e, muito
122 menos, o caráter oficial dos comitês de bacia. A divisão da bacia por trechos para a
123 implementação de ações propostas pela Força Tarefa é um bom exemplo da desatenção com
124 a unidade de planejamento e gestão definida pela Constituição, e com a característica plural
125 dos comitês de bacia. Na reunião realizada em Santo Antônio da Patrulha, reunindo os
126 municípios que formam o trecho 5, houve reação à segmentação da bacia, a exemplo da
127 posição dos integrantes do trecho 1. É visível que a intenção da SEMA é repassar aos

128 municípios atribuições que são legalmente suas, o que fere princípios constitucionais, além
129 de pregar a fiscalização e multa como a solução para os problemas crônicos das águas
130 locais. Rafael Altenhofen, representante da UPAN, Categoria ONG's Ambientalistas,
131 pressupõe que não exista má vontade ou interesses políticos da Secretária nas alterações
132 propostas pelo PL, inclusive considera a possibilidade de cumprimento dos compromissos
133 assumidos pela titular da SEMA em adequar as proposições do Governo. Há, no entanto,
134 uma reação de contrariedade das ONG's em relação ao andamento do processo, somando-se
135 mais um setor aos demais que já estão chocados pela iniciativa tomada. Rafael ainda
136 reafirma a posição contrária das ONG's sobre a fragmentação da bacia por trechos, cujos
137 critérios não foram apresentados, e destaca a situação ilegal que a própria SEMA está
138 incorrendo ao não observar a unidade da bacia para o planejamento e gestão. Tal
139 procedimento, além de desconsiderar o comitê como a instância legal para o planejamento
140 das ações de melhoria das águas locais, desvaloriza a respeitabilidade e o reconhecimento
141 que o COMITESINOS conquistou junto às comunidades locais. Em relação à implementação
142 das ações de fiscalização conjunta entre Estado/FEPAM e municípios, o Prefeito Ary Vanazzi
143 destaca que o que os prefeitos esperam é que o Estado diga o que pretende fazer, para que os
144 municípios ofereçam a estrutura necessária, sem a transferência de competências, porque
145 isso é ilegal. A secretária executiva propõe que as manifestações sejam temporariamente
146 suspensas para que sejam deliberados pela plenária os encaminhamentos. A primeira
147 proposição apresentada e aprovada pela plenária é a de o COMITESINOS, através de sua
148 diretoria, agendar audiência com o Chefe da Casa Civil Dep. Zacchi para apresentar
149 formalmente as suas reivindicações quanto à manutenção do comando político e institucional
150 do SRH/RS pela SEMA. Além da diretoria, o Vereador Daniel Daudt se propôs a acompanhar
151 a representação do comitê. No transcorrer da reunião, o Dep. Zülke informa sobre o contato
152 telefônico estabelecido com a Secretária Vera, dizendo que a mesma assegurara a
153 permanência das atribuições relacionadas ao gerenciamento dos recursos hídricos na SEMA.
154 Também, já confirma a audiência com o Chefe da Casa Civil, marcada para o dia 10 de
155 março, às 10h. Na seqüência, o Deputado anuncia que estará remetendo ao comitê, nos
156 próximos dias, o projeto de reabilitação do Rio dos Sinos, elaborado no âmbito de seu
157 gabinete, que visa atacar, principalmente, a poluição decorrente dos resíduos domésticos em
158 quatro arroios da bacia. A proposição já se encontra na Cada Civil do Governo Federal,
159 encaminhado via Ministério do Meio Ambiente. Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente
160 Aloysio Bohnen solicita ao Dep. Zülke que o mesmo acompanhe os encaminhamentos sobre o
161 PL na Assembléia Legislativa e mantenha o COMITESINOS informado. Tendo sido dado o
162 encaminhamento sobre o assunto único da pauta, o Presidente agradece a presença dos
163 participantes e dá a reunião por encerrada. E, para constar, lavrei a presente ata que, após
164 aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim.

São Leopoldo, 26 de abril de 2007.

Aloysio Bohnen
Presidente

Viviane Nabinger
Secretária Executiva